

CRIMES CONTRA OS DIREITOS AUTORAIS

Elricilene Medeiros Silva (Acadêmica); Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (Orientador)
Contatos: elricilene@bol.com.br e nivaldo.santos@pesquisador.cnpq.br)

O objeto de análise do presente trabalho é a perspectiva sob a qual o Estado de Direito Brasileiro encara o instituto da propriedade intelectual, bem como evidenciar o grau de importância dada ao mesmo, à postura adotada pelo governo federal perante órgãos e investidores internacionais, às políticas internas que visam combater os crimes contra a propriedade intelectual, bem como seus impactos econômicos e sociais, em especial os crimes contra os direitos autorais. Nesse sentido, avaliar os contornos jurídicos e determinadas problemáticas inerentes à noção de Propriedade Intelectual, traçando um conceito genérico ao instituto, sua natureza jurídica e sua *ratio iuris*. Pretende-se, ainda, analisar a matéria sob a ótica criminal, perquirindo as principais consequências econômicas, sociais e políticas advindas dos delitos contra a propriedade intelectual (especialmente o plágio e a contrafação), bem como a perspectiva do Estado de Direito Brasileiro no combate aos crimes contra a propriedade intelectual e aos direitos autorais. Cotejando as principais consequências sociais advindas dos crimes contra o instituto da propriedade intelectual, inferiu-se que é incomensurável o prejuízo pessoal, intelectual e financeiro, daquele que desenvolve certo produto ou aperfeiçoa determinada tecnologia diante do crime de pirataria. A apropriação por parte de terceiros do esforço, a inteligência, e todo o investimento significa o fator de maior desestímulo à produção intelectual. Ao lado dos prejuízos pessoais, os malefícios dos crimes contra os direitos autorais se alastram rumo à liberdade de concorrência no comércio, vez que, a partir do momento em que os produtos da contrafação ganham comercialização surgirá então a concorrência desleal contra o criador dos produtos originais. Longe de cessar por aí, os efeitos lesivos também foram verificados no que tange à arrecadação tributária nacional, pois, uma vez lançados ilegalmente no comércio produtos ilegítimos, torna-se impossível o recolhimento dos respectivos tributos (ICMS, IPI, etc.), gerando enorme prejuízo ao erário público.

Palavras-chaves: Direitos autorais, crimes, propriedade intelectual

Apoio - BIC/PROPE/UCG